

## CONTRACEPTIVOS HORMONAIS ORAIS: CONHECIMENTO DAS ACADÊMICAS DO CURSO EM ENFERMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MINEIRA

Thais Aparecida Alves<sup>1</sup>  
Magda Natalia Costa de Freitas<sup>2</sup>  
Ana Paula Coelho Marcolino<sup>3</sup>  
[anapawlamarcolino@outlook.com](mailto:anapawlamarcolino@outlook.com)

**AREA DE CONHECIMENTO: Ciências da saúde**

### RESUMO

O uso de contraceptivos hormonais orais apresenta-se bastante elevado, contudo, grande parte das usuárias desconhece os possíveis efeitos e interações que a pílula apresenta. Este estudo teve o objetivo de elencar o conhecimento sobre contraceptivos hormonais orais por acadêmicas do curso em Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior da zona da Mata Mineira. Pesquisa de natureza quantitativa, constituída por 45 acadêmicas do curso em Enfermagem, realizada através de um questionário em formato eletrônico, entregue via WhatsApp para acesso por meio de link, gerado através da plataforma Google Forms. O anticoncepcional hormonal oral, nas suas diferentes apresentações, nos mostra que os hormônios contidos podem trazer melhorias para a vida do ser humano e, em geral seus efeitos negativos são reversíveis, mas também podem prejudicar a vida. A mulher deve realizar consultas com o ginecologista no intuito de buscar em conjunto com o especialista a melhor opção, a curto e longo prazo, como forma de evitar que algumas indicações se tornem indesejáveis ou provoquem sequelas irreversíveis

**PALAVRAS-CHAVE:** anticoncepcional oral; planejamento familiar; interação medicamentosa; reações adversas.

### 1. INTRODUÇÃO

As mulheres iniciam sua vida sexual cada vez mais cedo, e acompanhando esse início precoce está a utilização de métodos contraceptivos por mulheres cada vez mais jovens (FELIPE *et al.*, 2013).

É compreendida por anticoncepção hormonal a utilização de hormônios classificados em dose e modo adequados para impedir a ocorrência de uma gravidez sem nenhum tipo de proibição às relações sexuais (POLI *et al.*, 2009).

Há tempos as mulheres procuram uma maneira de evitar a gravidez indesejada, e nos tempos antigos eram induzidas à ilusão de magias, encantamentos e superstições, até a descoberta de métodos com a utilização de

fármacos. Os primeiros contraceptivos orais apresentados continham arsênio, mercúrio e até estricnina, o que ocasionou em vários casos de intoxicação levando muitas mulheres ao óbito (SOUZA *et al.*, 2015).

Após a descoberta da pílula anticoncepcional, pôde-se visualizar uma liberdade sexual feminista, uma revolução em relação à Saúde Pública e um direcionamento para o Planejamento Familiar (ABREU e TAVARES, 2012).

Segundo Coimbra e Pedroso (2017) é incontestável que os anticoncepcionais, principalmente os orais, causaram uma evolução na autonomia feminina. As mulheres começaram a ter mais controle de seu ciclo e corpo, e isso fez com que passassem a poder planejar com mais segurança o momento ideal para construir uma família.

Além do efeito contraceptivo, os anticoncepcionais hormonais orais, apresentam outros benefícios como a diminuição da incidência de amenorréias, controle os ciclos irregulares, diminuição os efeitos da tensão pré-menstrual, prevenção de gravidez ectópica, doença inflamatória pélvica, benefícios contra a acne e o hirsutismo (GUIMARÃES, 2016).

Por outro lado, os malefícios dos anticoncepcionais hormonais orais podem ser desde efeitos simples como náuseas e distensão abdominal provocados pelo estrogênio, ou alteração de humor e pequenas hemorragias causadas pela progesterona, como problemas mais sérios de acidente vascular, infarto do miocárdio e câncer que podem levar a morte (FINOTTI, 2015).

Assim sendo, delinea-se como questionamento deste estudo: Qual o nível de conhecimento das acadêmicas da Área da Saúde sobre contraceptivos hormonais orais?

Destarte, diante do exposto este estudo teve como objetivo elencar o conhecimento sobre contraceptivos hormonais orais por acadêmicas do curso em Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior da zona da Mata Mineira.

Nesse âmbito, o interesse pelo estudo proposto assume relevância uma vez que está pautado em contribuir no direcionamento de ações educativas e na reorientação das práticas adotadas pelos profissionais de saúde, principalmente para melhorar o conhecimento das mulheres sobre anticoncepcional hormonal oral e enfatizar a importância do auto-cuidado para prevenção de ISTs e de gravidez.

## 2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A contracepção e o planejamento familiar é um direito dos casais assegurado pela Constituição Federal através da Lei n 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que garante às pessoas a liberdade de decisão, se quer ou não ter filhos, o número que pretendem ter e no momento que desejarem, assim como o direito a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não filhos (BRASIL, 2005)

Segundo Almeida (2015) o planejamento familiar consiste na organização do número de filhos e em que ocasião será melhor tê-los. Para assim assegurar esse planejamento são utilizados métodos preventivos que tragam segurança, evitando uma gravidez indesejada, não levando riscos ao usuário e dentro de seus valores éticos, morais e religiosos.

Dentre os grupos de métodos preventivos, o anticoncepcional hormonal oral é classificado de acordo com a composição hormonal, dosagem e tipo do hormônio. Quanto à composição hormonal, pode ser dividido em método combinado, contendo neste um estrógeno e uma progesterona, e método isolado, contendo apenas a progesterona. São classificados também quanto à dosagem e o tipo do hormônio, sendo divididos em primeira, segunda e terceira geração (BRASIL, 2002).

Segundo Ribeiro, Shimo, Lopes e Lamas (2018) esse tipo de medicamento consiste na formulação combinada de um estrogênio e um progestagênio ou em apresentações simples de progestagênio isolado. Pode ser encontrado em diversas formulações e vias de administração, age com a finalidade de bloquear a ovulação e alterar as condições do útero e das trompas de falópio, dificultando assim a fecundação.

O anticoncepcional oral é um método reversível utilizado por mulheres para evitar uma gravidez indesejada. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006 cerca de 10,4 milhões de mulheres usavam a pílula de ACO. No planejamento familiar (PF) é a melhor forma de contracepção reversível e com o índice de gestação menor que 1% quando utilizado corretamente (BORGES, TAMAZATO e FERREIRA, 2015)

Alem do efeito da anticoncepção, muitas mulheres utilizam dos anticoncepcionais para outros fins como, por exemplo, tratamento da endometriose, quimioterapia oncológica, terapia hormonal (BRUNTON, 2012).

O uso de contraceptivo hormonal pode apresentar benefícios, além da contracepção, como o tratamento da dismenorreia, acne, tensão pré-menstrual, cistos ovarianos, endometriose, dentre outros. Por outro lado, estes mesmos contraceptivos podem apresentar efeitos adversos como, discreto aumento na pressão arterial, tromboembolismo, diabetes mellitus, eventos cardiovasculares e alterações na libido (BRITO, NOBRE e VIEIRA, 2010).

Ainda não existe um consenso na comunidade científica sobre os riscos decorrentes do uso prolongado do anticoncepcional. Entretanto, constatou-se que a associação do uso prolongado das pílulas anticoncepcionais e o tabagismo dobram as chances de a mulher desenvolver hipertensão (LOOSE e STANCEL, 2012).

O importante é ressaltar que, apesar das novas gerações de medicamento com redução nas concentrações de hormônios e na criação de novas vias de administração, a escolha do melhor fármaco a ser prescrito deve estar associada a uma anamnese e avaliação clínica completa, levando em consideração os antecedentes pessoais de morbidades e o risco-benefício do tratamento (RIBEIRO SHIMO, LOPES e LAMAS, 2018).

### **3.METODOLOGIA**

A presente pesquisa pode ser considerada descritiva, de abordagem quantitativa, na qual foi realizada por meio da aplicação de um questionário semi-aberto adaptado pelas autoras da pesquisa a partir de um instrumento elaborado (CARREIRA, 2008).

A pesquisa quantitativa tem o objetivo de quantificar os dados para generalizar os resultados de uma amostra para a população-alvo, sempre coletados a partir de instrumentos estruturados e cuja análise se dê utilizando estatística (GABRIEL, 2014).

A amostra da pesquisa foi constituída por acadêmicas matriculadas no curso em Enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior de um município da Zona da Mata Mineira, com população de 17.639 pessoas de acordo com o último censo, o índice de desenvolvimento é baixo devido ao grande número de desemprego, uma vez que a maioria dos cidadãos trabalha em serviços temporários e incertos, oriundo de fontes externas como o café, órgão público e empresas privadas (IBGE, 2017).

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário em formato eletrônico, entregue via WhatsApp para acesso por meio de link, gerado através da plataforma Google Forms.

A produção de pesquisas usando formulários online tem sido amplamente utilizada, pois favorece o compartilhamento da pesquisa entre os entrevistados, bem como a organização rápida dos dados obtidos. Com o intuito de auxiliar no desenvolvimento de formulários eletrônicos, o Google criou uma ferramenta denominada *Google Forms*, cuja função é contribuir para a criação dos formulários online e disponibilizar os dados em formato de tabelas e gráficos para uma melhor compreensão por parte do pesquisador (OLIVEIRA e JACINSKI, 2017).

Segundo Gray (2016) diz que os questionários são ferramentas bastante utilizadas no processo de coleta de dados primários e permitem fazer análises através das relações entre as variáveis. Os questionários postais, estruturados, entrevistas e telefônicos estão entre os mais usados, entretanto a utilização de questionários online tem aumentado significativamente.

Realizados todos os esclarecimentos sobre a pesquisa, o link do questionário foi direcionado ao líder de cada período e solicitado que fosse encaminhado ao grupo de WhatsApp da turma. Participaram do estudo 45 acadêmicas, que responderam às questões entre os dias 01 a 04 de setembro de 2020. Foram excluídos os que se recusaram a participar da pesquisa.

As participantes foram informadas dos objetivos do estudo e a sua participação, assim, concretizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este estudo seguirá as especificações da Lei 466/2012 (BRASIL, 2012), que trata de pesquisa envolvendo seres humanos, resguardando-lhe o anonimato e autonomia de recusar-se ou desistir de fazer parte da amostra do estudo.

Neste âmbito, os dados foram processados no programa *Microsoft Office Excel 2013*, organizados em forma de gráficos e analisados por estatística descritiva, fomentando a discussão de dados.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foram entrevistadas 45 mulheres que preenchiam os requisitos para participar deste estudo. Após o término de coleta dos dados e posterior tabulação dos mesmos,

seguiu-se com a análise em porcentagem, onde inicialmente foram desenhados os dados de caracterização dos sujeitos.

A tabela 1 apresenta as características socioeconômicas das pesquisadas

tabela 1: Características socioeconômicas e estilo de vida

<b>Característica</b>	<b>N=45</b>	<b>%</b>
<b>Idade</b>		
18 a 25 anos	25	55,5
26 a 30 anos	12	26,6
31 a 40 anos	8	17,7
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro	38	85,0
Casado	7	15,0
Viúva	0	0
<b>Renda familiar</b>		
Até um salário mínimo	10	22,2
De 1 a 3 salários mínimos	20	44,4
Maior que 3 a 5 salários mínimos	15	33,4

Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria das acadêmicas tem entre 18 e 25, correspondendo a 55,5% da amostra. No que diz respeito ao estado civil das participantes 85% da nossa amostragem foi composta por mulheres solteiras. Os jovens estão cada vez mais adiando o casamento, visto que estes, atualmente, buscam primeiramente a formação profissional, a fim de ingressarem no mercado de trabalho e alcançarem sua independência financeira (COSTA *et al.*, 2017)

Dentre as usuárias 59,5% relataram não tomar o anticoncepcional todos os dias no mesmo horário, das entrevistas apenas 2,3% apresentou gestação enquanto tomava o contraceptivo hormonal oral. A eficácia do contraceptivo oral depende da maneira como ele é administrado, entre elas a ingestão sempre no mesmo horário. De acordo com as bulas dos contraceptivos, todas apresentam orientações em relação ao atraso ou esquecimento da sua ingestão (SOUZA, 2015).

Relacionado ao uso, 52,3% das acadêmicas já se esqueceram de tomar o anticoncepcional. O manejo em casos de esquecimento pode apresentar variâncias de acordo com cada composição, e principalmente se a pílula for bifásica e trifásica. Nesses casos a conduta correta estará descrita na bula do medicamento. Nas pílulas monofásicas, por serem as mais comuns, a conduta é similar na maioria das marcas, ou seja, caso o esquecimento seja inferior a 12 horas, deve-se ingerir o

comprimido e seguir a cartela. Caso ultrapasse às 12 horas de atraso, deve-se ingerir a pílula e combinar um método de barreira pelos próximos sete dias (BRANDT, OLIVEIRA e BURCI, 2018).

O uso de forma inadequada dos métodos anticoncepcionais acarretará problemas à saúde da mulher, podendo gerar uma gravidez indesejada, gravidez na adolescência, abortos e até mesmo mortalidade materna. A liberdade de escolha é de suma importância para o controle da fecundidade, fazendo com que os casais optem por métodos anticoncepcionais da sua vontade, porém é necessário conhecer as características, as vantagens e desvantagens que esse método oferece (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018).

Entre as mulheres que utilizam a pílula como método de prevenção, cerca de 40% interromperam o uso nos primeiros 12 meses. Isto é reflexo da falta de acompanhamento de um profissional especializado, já que muitas das pacientes utilizam o medicamento sem prescrição médica (ALMEIDA e ASSIS, 2017)

É importante observar que, embora os contraceptivos orais sejam vastamente utilizados, ainda há muitas incertezas pelas usuárias sobre o seu uso adequado, efeitos adversos e demais influências sistêmicas ao corpo humano (MACIEL, 2020).

Em relação às reações adversas, 44,5% tiveram episódios de náusea, dor de cabeça, aumento do fluxo menstrual e enxaqueca e, 43% ganho ponderal. Na década de 1977 muitas mulheres já faziam uso de contraceptivos orais, e como possível consequência desse uso, ocorreram frequentes relatos de efeitos adversos (SOUSA, 2019).

O uso de anticoncepcionais orais, embora tenha apresentado muitos benefícios para o cotidiano da mulher e dos casais, foi possível perceber reações, como distúrbios fisiológicos que, dependendo do tempo de utilização, desencadeia processos fisiopatológicos que podem trazer problemas de saúde e, em alguns casos irreversíveis, até alterar o tempo de concepção caso seja desejável (COIMBRA e CARDOSO, 2017).

As dúvidas se amplificam devido à ampla variedade de efeitos adversos que os mesmos podem causar como a enxaqueca, ganho ponderal, polifagia, surgimento de acne, aumento das mamas, dislipidemias, depressão, cansaço, prurido e redução da libido (WITT e PAGANOTTI, 2019).

Segundo Steckert, Nunes e Alano (2016) o contraceptivo hormonal pode modificar e desencadear crises de enxaqueca, além de conferir risco de desenvolvimento de eventos tromboembólicos e quando utilizado por mulheres que apresentam enxaqueca o risco de levar a um AVC pode aumentar.

Quando questionadas sobre o efeito reduzido causado pela associação do anticoncepcional com outras medicações, 80% sabem que misturar o anticoncepcional com antibiótico e anticonvulsivante podem cortar o efeito, sendo que 20% não têm esse conhecimento.

O medicamento que apresenta maior interação com o anticoncepcional é o antibiótico. O primeiro caso de falha do anticoncepcional ocorreu em 1971, quando uma usuária relatou o uso concomitante a Rifampicina, um antibiótico utilizado no tratamento da Tuberculose que resultou em perda da eficácia do fármaco levando a gravidez. A interação farmacológica pode ser explicada pela farmacocinética. No caso dos antibióticos, eles agem na flora intestinal e na hidrólise por bactérias do cólon, não havendo assim a correta absorção do anticoncepcional e aumentando sua excreção nas fezes e urina (DUTRA *et al.*, 2013).

A falta de informação sobre os contraceptivos hormonais orais tem afetado sua eficácia, sendo que 77,8% não realizaram consulta com ginecologista. Mulheres que não passam por consulta médica para começar o uso do anticoncepcional hormonal oral, estão mais propensas a associar o contraceptivo a um fator de risco do que as mulheres que passam por consulta médica, pois existem contra indicações ao uso, uma vez que a utilização dos anticoncepcionais hormonais quando há um ou mais fatores de risco presentes, potencializa a ocorrência de efeitos colaterais. As contra indicações mais recorrentes entre as usuárias de anticoncepcionais hormonais são o tabagismo, a hipertensão, as doenças cardiovasculares, o diabetes mellitus ou idade acima de 35 anos (CORRÊA *et al.*, 2017).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilidade de assistência em planejamento familiar aumenta o uso de métodos contraceptivos, é necessário reforçar a importância da ampliação desses serviços como forma de intervir na problemática das gestações indesejadas, principalmente entre adolescentes.

A pílula anticoncepcional, nas suas diferentes apresentações, nos mostra que os hormônios contidos podem trazer melhorias para a vida do ser humano e, em geral seus efeitos negativos são reversíveis, mas também podem prejudicar a vida ao ponto de desencadear sequelas.

Apesar da evolução na formulação dos contraceptivos hormonais orais, a prescrição dos mesmos ainda deve ser feita pelo médico de acordo com os antecedentes pessoais e presença de morbidades, na tentativa de que a administração hormonal seja conduzida com a máxima eficiência.

## REFERÊNCIAS

ABREU, L. M. N.; TAVARES, A. S. Práticas contraceptivas e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis entre acadêmicos de enfermagem. **Cogitare Enferm**, v.17, n. 2, p. 315 -321, 2012.

ALMEIDA, A.P. F.; ASSIS, M. M. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85-93, jan./jun. 2017.

BORGES, T. F. C.; TAMAZATO, A. P. S.; FERREIRA, M. S. C. Terapia com Hormônios Sexuais Femininos e Fenômenos Tromboembólicos: uma Revisão de Literatura. **Revista Ciências em Saúde**. v. 5, n. 2, p-158, 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n<sup>o</sup> 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília-DF: CNE 2012. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)  
Acesso em: 05.abr.2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento Familiar**: Manual Técnico. 4<sup>a</sup> ed. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**: uma prioridade do governo. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_direitos\\_sexuais\\_reprodutivos.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf)  
Acesso em: 02.set.2020

BRANDT, Gabriela Pinheiro; OLIVEIRA, Anna Paula Rodrigues de.; BURCI, Lígia Mouram. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. **Revista Gestão & Saúde**. v.18, n.1, p.54-62,2018.

BRUNTON, L. L; GOODMAN. G. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

BRITO, M. B.; NOBRE, F.; VIEIRA, C. S. Contraceção Hormonal e Sistema Cardiovascular. **Arq Bras Cardiol.** v. 96, n. 4, p. 81-89, 2010.

CORRÊA, D. A. S. *et al.* Fatores associados ao uso contra indicado de contraceptivos orais no Brasil. **Rev. Saúde Pública.** v. 51, n. 1, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102017000100201](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102017000100201)  
Acesso em: 07.set.2020

COSTA, A. G. S. C. *et al.* Práticas contraceptivas entre universitárias da faculdade de medicina de Valença – RJ. **Rev. Braz. J. Surg. Clin.**, v. 19, n.1, p. 64-70, 2017.

COIMBRA, B. V.; PEDROSO, C. A. C. Anticoncepção hormonal – revisão sistematizada da literatura. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, 2017 Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/anticoncepcao-hormonal-revisao-sistematizada-da-literatura> Acesso em: 06.set.2020.

FELIPE, T. B. *et al.* Avaliação do conhecimento sobre os contraceptivos orais entre as universitárias. **Rev. Universid.** Vale do Rio Verde, v. 11, n. 1, p. 58-67, 2013.

FINOTTI, M. **Manual de Anticoncepção.** São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). 2015 <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/manual-de-anticoncepcao/>

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

GUIMARÃES, M. A. **Trombose associada ao uso de contraceptivo hormonal oral: revisão de literatura.** Orientadora: Prof(a) Dr. (a) Ana Cláudia Souza, 2016. Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina)- Centro Universitário de Brasília- UNICEU, Brasília. DF, 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/33789251-Centro-universitario-de-brasilia-uniceub-faculdade-de-ciencias-da-educacao-e-saude-faces-graduacao-em-biomedicina-mayara-alves-guimaraes.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-casca/panorama> Acesso 08.abr.2020.

LOOSS, D. S. M.; STANCEL, G. M. Estrogênios e Progestogênios. **As bases Farmacológicas da Terapêutica.** 12.ed. Interamericana do Brasil LTDA: Rio de Janeiro, 2012.

MACIEL, S. F. V. O. Conhecimento de estudantes universitárias sobre o uso de contraceptivos orais combinados. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 55357-55367, 2020.

OLIVEIRA, G. W. B.; JACINSKI, L. **Desenvolvimento de questionário para coleta e análise de dados de uma pesquisa, em substituição ao modelo Google Forms.** 51f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8339>. Acesso em: 29 jul. 2020.

POLI, M. E. H. *et al.* Manual de anticoncepção da FEBRASGO. **Revista Feminina**, v.37, v.9. p- 459-492, 2009

RIBEIRO, M. C. C.; SHIMO, A. K. K.; LOPES, M. H. B. M.; LAMAS, J. L. T. **Rev Bras Enferm**, v. 71, v. 3, p. 1453-1459, 2018.

SOUZA, L. K. Interação medicamentosa entre anticoncepcionais orais hormonais combinados e antibióticos. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, 2015. **Revista gestão & saúde**, v. 50, n 2, p. 158-168, 2015.

STECKERT, P.; NUNES, S. F.; ALANO, G. M. Contraceptivos hormonais orais: utilização e fatores de risco em universitárias. **Arq. Catarin Med**. v. 45, n.1, p. 78-92, 2016.